

NESTA EDIÇÃO:

DA NATUREZA CONTRATUAL DA AUTORIZAÇÃO FERROVIÁRIA PREVISTA NA
LEI 14.273/2021 E SEUS IMPACTOS NA TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE
MEDIANTE DESAPROPRIAÇÕES E SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS



REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, INFRAESTRUTURA,
REGULAÇÃO E COMPLIANCE

• RDAI 30

ANO 8 • n. 30 • Jul.-Set. • 2024

*Journal of Administrative Law, Infrastructure,
Regulation and Compliance*

N. 8 • ISSUE 30 • JULY-SEPT. • 2024

COORDENAÇÃO

**AUGUSTO NEVES DAL POZZO E
RICARDO MARCONDES MARTINS**

Revista
dos Tribunais

Qualis
A1

 Thomson
Reuters™

O ÂMBITO DE APLICAÇÃO DAS LEIS DE ROLLAND

THE SCOPE OF APPLICATION OF ROLLAND'S LAWS

JULIE ARROYO

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Grenoble Alpes.
julie.arroyo@univ-grenoble-alpes.fr
Orcid: [https://orcid.org/0009-0002-4235-0087].

TRADUÇÃO DE
AUGUSTO NEVES DAL POZZO

Professor de Direito Administrativo e Fundamentos de Direito Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor e Mestre em Direito pela mesma Instituição.
augusto@dalpozzo.com.br
Orcid: [https://orcid.org/0000-0001-8891-7080].

BRUNO JOSÉ QUEIROZ CERETTA

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Roma I – "La Sapienza". Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
bqueiroz@dalpozzo.com.br
Orcid: [https://orcid.org/0000-0002-5508-7698].

REVISÃO DE
MARLY NETTO PERES

Graduada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
marly.lexis@gmail.com
DOI: [https://doi.org/10.48143/rdai.30.arroyo].

Recebido: 03.02.2024. Received: February 3rd, 2024.
Aprovado: 30.03.2024. Approved: March 30th, 2024.

ÁREA DO DIREITO: Administrativo

RESUMO: As chamadas leis de Rolland desempenham um papel central na estruturação e na compreensão do Direito Administrativo, que recebe influência francesa, como ocorre no

ABSTRACT: The so-called Rolland's laws play a central role in structuring and understanding Administrative Law that receives French influence, as is the case in Brazil. Resorting mainly

ARROYO, Julie. O âmbito de aplicação das leis de Rolland.

Tradução de AUGUSTO NEVES DAL POZZO e BRUNO JOSÉ QUEIROZ CERETTA.

Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance.

n. 30, ano 8, p. 261-292. São Paulo: Ed. RT, jul./set. 2024. DOI: [https://doi.org/10.48143/rdai.30.arroyo].

Brasil. Recorrendo, principalmente, às doutrinas clássica e contemporânea, e empregando argumentos baseados na jurisprudência e na legislação, o texto analisa a abrangência da célebre construção teórica de Louis Rolland na dinâmica da França contemporânea. Os fundamentos apresentados conduzem a comparações inevitáveis com a realidade brasileira. Quanto à sua organização, o estudo evolui do plano teórico para o exame de situações concretas. Citam-se exemplos. Examinam-se e contrastam-se princípios. Conforme sustenta a autora, o regramento diz respeito também ao âmbito privado, em razão das numerosas entidades que, hoje, desempenham funções de serviço público. Na realidade, a reflexão sobre a abrangência das leis de Rolland demonstra, hoje, ser imperativa.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço público – Leis de Rolland – Âmbito de Aplicação – Entes Públicos e Privados.

to classical and contemporary doctrine, and employing arguments based on jurisprudence and legislation, the text analyzes the scope of Louis Rolland's famous theoretical construction in the dynamics of contemporary France. The presented foundations lead to inevitable comparisons with the Brazilian reality. Regarding its organization, the study progresses from the theoretical framework to the examination of concrete situations. Examples are cited. The principles are examined and contrasted. As the author argues, the regulation also concerns the private sphere, due to the numerous entities that now perform public service functions. In reality, reflection on the scope of Rolland's laws today proves to be imperative.

KEYWORDS: Public service – Rolland's Laws – Scope of Application – Public and Private Entities.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. As leis de Rolland para além do serviço público. 2.1. As leis de Rolland e o conjunto da esfera pública. 2.2. As leis de Rolland e uma parte da esfera privada. 2.2.1. As pessoas do privado associadas ao serviço público. 2.2.2. As outras pessoas privadas. 3. As leis de Rolland a quem do serviço público? 3.1. As leis de Rolland frente ao desaparecimento da qualificação de serviço público da atividade externalizada. 3.2. As leis de Rolland face à manutenção da qualificação de uma atividade externalizada como serviço público. 4. Conclusão. 5. Referências.

1. INTRODUÇÃO

Interrogar-se¹⁻² sobre o âmbito de aplicação das leis de Rolland parece, *a priori*, supérfluo. Essas leis designam os princípios fundamentais que regem todos os

1. Como citar este artigo | How to cite this article: ARROYO, Julie. O âmbito de aplicação das leis de Rolland. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura* | RDAI, São Paulo, v. 8, n. 30, p. 261-292, jun./set. 2024. DOI: [https://doi.org/10.48143/rdai.30.arroyo].
2. Publicado originalmente na *Revue française de droit administratif* (ARROYO, Julie. Le champ d'application des lois de Rolland. *Revue française de droit administratif*, Paris: Dalloz, 2021, n. 5, p. 967-977). A tradução ocorreu com a autorização da autora e da editora Dalloz. Nota dos tradutores: para adequar o texto aos critérios editoriais da *Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance* (RDAI) foram acrescentados

Por último, convém tomar cuidado com a manutenção da aplicação das leis de Rolland ao conjunto do serviço público. O contrato, em particular de delegação de serviço público, pode, a esse respeito, constituir um obstáculo. De modo geral, a «desagregação» ou a «diluição» do serviço público resultante de sua externalização deve conduzir a uma certa vigilância, para garantir a manutenção do regime jurídico de direito público no nível «*infra*» do serviço público.

5. REFERÊNCIAS

- A. de Laubadère, F. Moderne & P. Delvolvé, *Traité de contrats administratifs*, LGDJ, 2. Ed., t. 2, 1984.
- A. Demichel. *Le contrôle de l'État sur les organismes privés, Essai d'une théorie générale*, Tese, Bordeaux, 1960.
- A. Pesquier, *Le principe d'égalité dans le droit de la fonction publique d'État*, Universidade de Reims Champagne Ardenne, 2005.
- A. Werner, «Le précédent administratif, source de légalité», *AJDA*, 1987.
- Amilhat, «Les débitants de tabac et le service public: délégation ou simple association au service», *RFDA*, 2013.
- B. Chenot, «La notion de service public dans la jurisprudence économique du Conseil d'État», *EDCE*, 1949.
- Borgetto, «Services publics locaux et le principe d'égalité. Sur la nature juridique du service de distribution d'eau et le traitement jurisprudentiel du principe d'égalité», *RFDA*, 1993.
- D. Charbonnel, *Une relecture des lois du service public*, Tese, Universidade de Limoges, 2019.
- D. Costa, «Le droit administratif, entre mutabilité et sécurité», *Mélanges en l'honneur d'Yves Jégouzo*, *Terre de droit*, Dalloz, 2009.
- D. Truchet, «Nouvelles récentes d'un illustre vieillard : label de service public et statut du service public», *AJDA*, 1982.
- Domino & A. Bretonneau, *Droit administratif*, 2013.
- E. Picard, *La notion de police administrative*, Dalloz, Bibliothèque de droit public, 1984, tomo II.
- F. Melleray, «La notion judiciaire de service public. Développements récents», *AJDA*, 2003.
- F. Melleray, «Retour sur les lois de Rolland», *Le droit administratif. Permanences et convergences. Mélanges en l'honneur de Jean-François Lachaume*, Dalloz, 2007.
- F. Petit, «Le droit de grève dans les services publics : un puzzle à recomposer ?», *Droit social*, 2017.

do Estado nos permite dizer que tais organismos eram na maioria pessoas administrativas encarregados de gerir serviços públicos». *Ibid.*

- G. Guiavarc'h, «Contrat administratif et compétence judiciaire. L'exemple atypique de la gestion déléguée des halles et marchés», RFDA, 2001.
- G. J. Guglielmi, «Exit les lois de Rolland, la nouvelle ère des principes de fonctionnement garantis», Mélanges en l'honneur du professeur Gérard Marcou, IRJS ed., 2017.
- G. J. Guglielmi, G. Koubi G. & M. Long, Droit du service public, LGDJ, Domat droit public, 4. Ed., 2016.
- G. Koubi, «Le principe de neutralité corollaire des services publics, un principe corollaire à la modernisation de l'Etat», La Revue administrative, 1993.
- G. Lavau, «Du caractère non suspensif des recours devant les tribunaux administratifs», RDP, 1950.
- G. Lyon-Caen, «La réquisition des salariés en grève selon le droit positif français», Droit social, 1963.
- G. Pellissier, Le principe d'égalité en droit public, LGDJ, Droit public, 1996.
- G. Tusseau, «Critique d'une métanotion fonctionnelle. La notion (trop) fonctionnelle de «notion fonctionnelle»», RFDA, 2009.
- G. Vedel, «Les bases constitutionnelles du droit administratif», EDCE, 1954.
- H. Groud, «Grands principes et régime du service public: permanence et évolution», Mutations du service public et territoires, H. Groud (org.), L'Harmattan, 1999.
- Heers, «La sécurité juridique en droit administratif français: vers une consécration du principe de confiance légitime?», RFDA, 1995.
- J. Chevallier, «L'association entre public et privée», RDP, 1981.
- J. du Bois de Gaudusson, L'usager du service public administratif, LGDJ, Bibliothèque de droit public, 1974.
- J. M. André, La continuité en droit public, Tese, Lyon III, 1997.
- J. Moreau, Droit administratif, PUF, col. Droit fondamental, 1989.
- J. Petit, «La police administrative», Traité de droit administratif, P. Gonod, F. Melleray & P. Yolka (org.), Tomo 2, Dalloz, 2011.
- J. Porta, «Non-discrimination, égalité et égalité de traitement – à propos des sens de l'égalité», Le droit social, l'égalité et les discriminations, G. Borenfreund & I. Vacarie (org.), Dalloz, Thèmes et commentaires, 2013.
- J. Rivero, «Les notions d'égalité et de discrimination en droit public français», Travaux de l'Association Henri Capitant, t. XIV, 1961-1962, Dalloz, 1965.
- J.-C. Douence, «Les modes de gestion des services publics. Note sous CE, Section, 6 avril 2007, Ville d'Aix-en-Provence», RFDA, 2007.
- J.-C. Venezia, «Le principe d'adaptation», Clés pour le siècle: droit et sciences politiques, information et communication, sciences économiques et de gestion, Dalloz, 2000.
- J.-F. Lachaume, H. Pauliat, C. Boiteau, & C. Deffigier, Droit des services publics, Lexisnexis, Manuel, 2^a ed., 2015.
- J.-P. Gilli, «Le principe de continuité», La continuité des services publics, J.-P. Gilli (org.), PUF, Centro de Estudos Administrativos, 1973.

- J.-P. Markus, «Égalité, continuité, mutabilité... exemplarité?», JCP A, 2010, n. 29.
- J.-P. Markus, «La continuité de l'État en droit public interne», RDP, 1999, n.4.
- J.-P. Markus, «Le principe d'adaptabilité: de la mutualité au devoir d'adaptation des services publics aux besoins des usagers», RFDA, 2001.
- L. Bézie, «Louis Rolland: théoricien oublié du service public», RDP, 2006.
- L. de Corail, «La notion d'entreprise d'intérêt général et l'interventionnisme économique», *L'interventionnisme économique de la puissance publique, Études en l'honneur du Doyen Georges Péquinet*, 1984.
- L. Janicot, «L'identification du service public gérée par une personne privée», RFDA, 2008.
- L. Janicot, «Le principe d'égalité devant le service public», RFDA, 2013.
- L. Rolland, Cours de droit administratif, DES, droit public 1945/1946, Les cours de droit public, 1979.
- L. Rolland, Précis de droit administratif, Dalloz, 11. Ed., 1957.
- L. Rolland, Répétitions écrites du droit administratif, DES, droit public, 1938/1939, Les cours de droit.
- L. Vanier, «Vers le crowd-service public?», JCP A, 2019, n. 50.
- L. Vanier, L'externalisation en matière administrative. Essai sur la transposition d'un concept, Dalloz, Nouvelle bibliothèque de thèses, 2018.
- M. Courrèges, Le principe de continuité du service public confronté au droit de grève, Anne Rideau Ed. Coll. Mazarine, 2015.
- M. Gentot, «L'identification du service public par le juge administratif», AJDA, 1997.
- M.-L. Moquet-Anger, «La continuité et l'accès aux services de santé», RDSS, 2013.
- N. Foulquiet & F. Rolin. «Constitution et service public», Les Nouveaux cahiers du Conseil constitutionnel, 2012.
- P. Amselek, «Le service public et la puissance publique. Réflexions autour d'une étude récente», AJDA, 1969.
- P. Delvolvé, Le principe d'égalité devant les charges publiques, LGDJ, 1969; F. Mélin-Soucramanien, Le principe d'égalité dans la jurisprudence du Conseil Constitutionnel, Economica, Presses universitaires d'Aix-Marseille, Collection droit public positif, 1997.
- P. Mazière, Le principe d'égalité en droit privé, Presse universitaire d'Aix-Marseille, 2003.
- P. Peréon, «La délégation des services publics administratifs», AJDA, 2004.
- R. Chapus, «Le service public et la puissance publique», RDP, 1968.
- R. Chapus, Droit administratif général, Domat droit public, Tomo 1, Montchrestien, 15. Ed., 2001.
- R. Reneau, L'externalisation administrative: éléments pour une théorie, Tese, Montpellier, 2017.
- R. Savy, «Le contrôle juridictionnel de la légalité des décisions économiques de l'administration», AJDA, 1972.
- S. Martin, «La gratuité du service public des transports», AJDA, 2020.

- S. Regourd, «Le service public et la doctrine: pour un plaidoyer dans le procès en cours», RDP, 1987.
- Salomon, L'égalité de tous les individus devant le service public, Tese, Grenoble, 1954.
- Ubaud-Bergeron, La mutabilité du contrat administratif, Tese, Montpellier 1, 2004.
- V. Donier, «Les lois du service public: entre tradition et modernité», RFDA, 2006.